

## **ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 2 DE NOVEMBRO DE 2006**

----Aos dois dias do mês de Novembro de dois mil e seis, pelas 21h25m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Pátio do Valverde, em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. -----

### **ORDEM DO DIA**

**PONTO ÚNICO** – Discussão e Votação da Proposta sobre a realização do **REFERENDO LOCAL DE INICIATIVA POPULAR**, relativo à Concessão da Exploração e Gestão dos Sistema de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais.

---- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o primeiro e segundo secretários, Senhores Rui Augusto Nabais e Maria de Fátima Duarte Alves de Brito Martins. -----

----Encontravam-se presentes os Deputados Municipais senhores Ana Alexandra Ferreira Gaspar, António Batista Marques, António Luís Lavado dos Reis, António Montez Amaral, Francisco António Galvão Morgado, Helena Isabel Silva Mata, Herculano Valada Martins, Hernâni Sequeira Dias Ferreira, Hugo José Jansen Rodrigues Felizardo Caldeira, João Manuel Couchinho, Joaquim Luís da Silva Borda D'Água, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Joaquim Brás dos Santos, José Luís Marques dos Santos, José Fernandes Gonçalves Alexandre, Justino Cláudio de Oliveira, Lúcio Manuel Cardador Costa, Arlindo Alves Gomes, Luís Manuel Leandro da Silva, Manuel da Silva Simões Ramos, Maria Camila Agostinho Botão Mirradinho, Maria da Conceição Pinto Maurício de Sousa, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Rafael Ramos dos Santos, Rodrigo Miguel Valada Pimentel e Silvino José da Silva Lúcio. -----

----Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-presidente, José Manuel Isidoro Pratas, Marco António Leal Pereira, António José da Fonseca Nobre, Ana Maria Correia Ferreira e António José Costa da Cruz, Vereadores. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar da ausência justificada do Sr. Deputado António José Rodrigues e da substituição do Sr. Deputado Luís Eduardo Morgado Salvaterra da Silva pelo Sr. Deputado Arlindo Alves Gomes. Mais informou de estar constituída a Mesa, haver "quórum" e que, nesse sentido, ia dar início aos trabalhos. Acrescentou ainda que, por se tratar de uma reunião extraordinária, havia um período antes da ordem do dia destinado ao público. -----

### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

---- O Sr. Presidente da Mesa perguntou se havia no público quem quisesse intervir. -----

---- Interveio o Sr. Francisco Colaço, munícipe, para comentar as diversas formas que existem para retirar o pelouro da água aos serviços camarários frisando que, quando isso acontece, no ano seguinte os preços descem, mas nos anos seguintes acontece exactamente o contrário os preços disparam de uma forma incontrolável, ficando completamente fora do poder de intervenção do Executivo Camarário. Assim, e porque defende que se deve manter o preço social da água, para que as populações continuem a usufruir de um bem primário, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se está previsto a assinatura de um protocolo, ou outra medida, que salvguarde, a qualquer momento, a intervenção da Câmara para garantir o preço social da água ao munícipe. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. João Vieira, delegado sindical, para colocar algumas questões sobre a concessão da água. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se podia afirmar que a

população não irá ser lesada com o aumento de taxas e de tarifas da água e saneamento. Se está previsto, no caderno de encargos, o valor a pagar à empresa concessionária em caso de rescisão de contrato por iniciativa da Câmara. Onde vai ser aplicado o dinheiro que a Câmara recebe com este serviço. Colocadas as questões, disse deixar um desafio a este Órgão, no sentido de ser pedida uma auditoria interna às contas municipais, de forma a confirmar que a gestão da Câmara tem sido séria e de que o dinheiro, que irá receber com a concessão, será aplicado na melhoria das condições de vida da população e dos trabalhadores. -----

O Sr. João Vieira referiu-se, ainda, a um comentário que lhe foi dirigido sobre a forma como ele defende os trabalhadores. Teceu também algumas considerações relativas a requerimentos para valorização de carreiras, feitos por alguns trabalhadores, há quase dois anos, que ainda não obtiveram resposta e sobre a falta de condições de trabalho no Arquivo Municipal. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que, após ter cumprimentado todos os presentes, disse que, sobre as questões colocadas pelo munícipe, o que a Câmara está a fazer é uma auscultação de mercado, no sentido de perceber como é que formas alternativas de gestão podem influenciar, quer do ponto de vista qualitativo do fornecimento do abastecimento de água, quer do custo dessa mesma água, sendo este o objectivo fundamental do lançamento do concurso. Referiu, o Sr. Presidente da Câmara, que o caderno de encargos contém cláusulas que permitem precaver a questão da evolução dos preços da água. O Mesmo caderno estabelece que até 2009 se praticarão os aumentos já aprovados em sessão de Câmara e, a partir dessa altura, a água será aumentada apenas em função da taxa da inflação. Qualquer outro tipo de intervenção terá de ser sempre objecto de deliberação de Câmara e de Assembleia Municipal. Não estão definidas no caderno de encargos as questões relacionadas com as tarifas de saneamento, as quais, brevemente, serão regulamentadas a nível nacional. -- Sobre o Arquivo Municipal, o Sr. Presidente disse já estar a analisar a situação e que o funcionário já foi transferido para outra secção. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Mesa para informar de que as moções de solidariedade para com os trabalhadores da OPEL, apresentadas pelos Grupos da CDU e PS na reunião da Assembleia Municipal de 28 de Abril, foram enviadas, embora tardiamente, mas que já estava de posse das respostas. Mais informou ter recebido da Inspeção-geral de Finanças, em suporte informático, o Relatório da Inspeção efectuada à Câmara no período compreendido entre 23 de Novembro de 2004 e 20 Janeiro de 2005, facultando a sua consulta, bem como toda a correspondência recebida. O Sr. Presidente aproveitou também para dar conhecimento do Relatório efectuado pela Comissão Eleita para apreciar o Processo de Referendo Local de Iniciativa Popular. -----

Posto isto, informou de que iria dar início à Ordem de Trabalhos. -----

#### **ORDEM DO DIA**

#### **PONTO ÚNICO – Discussão e Votação da Proposta sobre a realização do REFERENDO LOCAL DE INICIATIVA POPULAR, relativo à Concessão da Exploração e Gestão do Sistema de Distribuição de Águas e Drenagem de Águas Residuais.**

---- O Sr. Presidente da Mesa informou ter chegado à mesa uma proposta da CDU, solicitando que a votação da matéria constante deste ponto fosse realizada por voto secreto. -----

---- O Grupo do PS fez chegar à Mesa um Requerimento para que se passasse de imediato à votação da proposta da CDU, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

---- O Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta da CDU à votação, tendo a mesma sido reprovada com 18 votos contra do PS, 5 votos a favor da CDU e 5 votos a favor do PSD. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação deste ponto. -----

---- A Sra. Deputada Conceição Maurício tomou a palavra para comentar o parecer emitido pela Câmara Municipal a esta proposta, nº 90/P/2006, que foi aprovado com 4 votos a favor do PS.

Disse que nunca ouviu dizer que um concurso público internacional servia para fazer um estudo de mercado. Referiu que um concurso público tem um caderno de encargos, cujo único objectivo é fazer uma concessão. Esclareceu que se devia ter feito um estudo económico para sustentar tudo o que é exigido no caderno de encargos e para ponderar riscos. -----

---- Tomou a palavra o Sr. Deputado José Alexandre querendo saber, uma vez que a tarifa de saneamento é paga em metros cúbicos, se não haverá forma de separar as águas residuais, nomeadamente, das chuvas, das lavagens e dos esgotos domésticos, que são encaminhadas para as ETAR's, de modo a não lesar os munícipes. -----

---- Interveio o Sr. Deputado João Couchinho para dizer não entender a razão de o Partido Socialista não querer ouvir a população. Sugeriu que se fizessem sessões de esclarecimento em conjunto sobre a concessão das águas. -----

---- De seguida interveio o Sr. Deputado António Lavado dos Reis para manifestar que a preocupação da CDU, em relação a esta matéria da concessão da água, é de que, à semelhança de outras situações como a energia eléctrica e os combustíveis, a liberalização dos serviços sirva apenas para subir os preços, quando a esperança da população é de que os mesmos baixem. -----

---- Tomou a palavra o Sr. Deputado Silvino Lúcio para dizer que a posição do Partido Socialista sobre o Referendo é de rejeição, pelo que irão votar contra. Fez também questão de lembrar que a população, nas últimas eleições, lhes deu a maioria clara para governar os destinos do Concelho durante quatro anos. Aproveitou também para referir um artigo publicado no Jornal "Correio da Manhã" pela Sra. Dra. Manuela Ferreira Leite, no qual dizia que o governo do PS deveria entregar a gestão da Educação e da Saúde, na sua totalidade, ao sector privado. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. Disse que o estudo económico, referido pela Sra. Deputada Conceição Maurício, não pode ser feito porque no caderno de encargos define a obrigatoriedade de uma entidade que será potencialmente gestora do sistema e não proprietária, daí diferença entre concessão e privatização. Uma vez que a entidade será gestora durante 30 anos, terá que fazer o estudo económico exaustivo e prospectivo durante esse período. -----

Sobre a questão colocada pelo Sr. José Alexandre sobre as águas residuais, informou de que este é um problema real, que existe desde que houve a adesão aos sistemas multimunicipais e que se tem vindo a resolver, na medida do possível, com a criação das redes separativas. Não se pode, no entanto e de um momento para o outro, em todo o Concelho, criar estas redes separativas. Mais informou de que no programa de concurso e caderno de encargos se faz centrar a força dos investimentos dos anos iniciais na separação das redes de águas pluviais e das redes de esgotos domésticos. -----

---- O Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para um intervalo de cinco minutos. -----

---- Retomados os trabalhos, interveio a Sra. Deputada Conceição Maurício para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara como é que, não havendo estudo económico, se chegou aos valores de 200.000 euros à cabeça, seguidos de 15.000 e 5.000 euros, a pedir às empresas concorrentes. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara, em resposta à D. Conceição Maurício, esclareceu que o lançamento do caderno de encargos se faz por valores mínimos, como se faz nos concursos de hasta pública, valores esses que não fazem parte de qualquer estudo económico e cujo objectivo é colocar as empresas em concorrência por forma a oferecerem o máximo possível. -

---- Interveio o Sr. Vereador José Manuel Pratas para esclarecer a questão da existência ou não de um estudo económico aquando da realização do Concurso Público para a Recolha de Resíduos Sólidos, colocada pela Sra. Deputada Conceição Maurício, tendo afirmado que, quando este Executivo chegou à Câmara, em Janeiro de 2002, existia um contrato de prestação de serviços com a empresa Ecoambiente, que fazia a recolha de lixo em duas freguesias, de Azambuja e Aveiras de Cima. Nas restantes a recolha era feita pela Câmara. Informou de que em Março desse ano se lançou o concurso, tendo concorrido cerca de nove ou dez empresas. Em Dezembro de 2002 o Concurso foi adjudicado, de imediato, à Ecoambiente para as nove Juntas, por oito anos. -----

O Sr. Vereador informou ainda que, em Janeiro de 2004, o Administrador daquela empresa, os Presidentes de Junta e os Técnicos da Câmara, bem como a pessoa do Sr. Vereador, se reuniram para fazer o balanço do serviço prestado, tendo chegado à conclusão que o trabalho desenvolvido era muito positivo, por ser bem executado e mais barato. -----

---- O Sr. Presidente da Mesa interveio para colocar à votação o requerimento do Partido Socialista, acabado de chegar à mesa, solicitando que os trabalhos só terminem depois de esgotada a discussão deste ponto. Realizada a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Leandro para dizer que o Partido Socialista não encontrou nenhum argumento convincente para explicar à população do Concelho porque razão é que há de haver uma concessão de águas, pelo que terão sempre que prestar explicações dos sucessivos aumentos das facturas. -----

---- Não havendo mais inscrições, o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta de Referendo Local de Incitativa Popular à votação, tendo a mesma sido reprovada com 17 votos contra do PS, e 11 votos a favor da CDU e do PSD. -----

---- O Sr. Deputado Lúcio Costa pediu a palavra para apresentar uma Declaração de Voto. -----

---- Na sequência da Declaração de Voto do Sr. Deputado Lúcio Costa, o Sr. Deputado Luís Leandro pediu uma cópia da gravação áudio da presente reunião da Assembleia Municipal. -----

#### **ACTA – APROVAÇÃO POR MINUTA**

----o Senhor 1º Secretário da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que a colocou à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

#### **ENCERRAMENTO**

----Eram vinte e três horas e cinquenta minutos, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. -----

---- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----